

Promotor investiga a morte de bebês

Inquérito da Secretaria de Segurança do Ceará deverá apurar responsabilidades civis e penais na maternidade-escola

Fortaleza — O procurador-geral da Justiça no Ceará, José Nicéfaro Fernandes, designou ontem o promotor José Francisco de Oliveira Filho para investigar as responsabilidades pela morte de 49 bebês nos primeiros 16 dias deste mês na Maternidade-Escola Assis Chateaubriand, mantida pela Universidade Federal do Ceará.

Ontem mesmo, Oliveira Filho manteve contatos com médicos da instituição, quando recebeu um relatório sobre o número de óbitos registrados nos últimos dois meses. Ele vai

solicitar à Secretaria de Segurança a abertura de inquérito policial para identificar as responsabilidades penais e civis e as supostas violações do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O governador Tasso Jereissati, que está no Japão em missão comercial, recebeu ontem de manhã, de sua assessoria, um clipping contendo todas as notícias sobre o caso e ligou para o seu secretário de Saúde, Anastácio Queiroz, para recomendar que fossem tomadas "todas as providências, no menor espaço de tempo possível, para reverter este triste quadro".

A coordenadora do Programa Nacional da Criança e do Adolescente, Ana Gorethe Kalume Maranhão, e a coordenadora do Programa Materno Infantil, Marenice Coutinho Midleg, ambas do Ministério da Saúde, passaram quase todo o dia de ontem reunidas com os secretários de Saúde do estado e do município, José Humberto Bezerra, e com diretores e técnicos da maternidade, avaliando a situação.

Durante a reunião, ficou acertado um maior envolvimento dos hospitais conveniados, para diminuir a sobrecarga na instituição, especialmente nos finais de semana e à noite. Também ficou decidido que os hospitais públicos passem a assumir os recém-nascidos de médio risco, "não deixando que os mesmos congestionem a UTI da Maternidade Escola".

O secretário Anastácio Queiroz ga-

rantiu ao final da reunião que até segunda-feira todas as estatísticas serão "passadas e repassadas, para termos um quadro geral do que está realmente acontecendo". Os números divulgados são verdadeiros, mas "não podemos, por questão de justiça, triturar a MEAC, que é um hospital de referência, por seus muitos trabalhos em direção à mulher e às crianças".

A situação dos hospitais conveniados com o SUS é igualmente grave, porque "os valores recebidos do governo estão congelados desde maio de 1994, impedindo que os mesmos ofereçam bons serviços". Quase todos eles fecharam suas UTIs, reduziram pessoal de atendimento. Embora sem citar o número de óbitos de recém-nascidos nos 17 hospitais conveniados ao SUS, Queiroz explicou que "esse número

é diluído, quase imperceptível, mas tudo indica que é expressivo".

O secretário indicou como causas dos óbitos a gravidez na adolescência, que eleva "enormemente" o risco, a concentração de pacientes em estado grave, a falta de planejamento familiar e de um pré-natal mais cuidadoso. Referindo-se à MEAC, ele informou que "os seus números indicam que em 1995 foram feitos cerca de 6.400 partos, contra 7.800 até junho deste ano, o que demonstra uma maior concentração de procura pelos serviços da Maternidade Escola, já que os hospitais conveniados estão no vermelho".

Para o diretor da MEAC, médico Chagas de Oliveira, "nascerem todos os meses em nossa maternidade cerca de 1.600/1.700 crianças, dos quais 45 não atingem a primeira semana de vida. A maioria são natimortos e,

para reduzirmos essa perversa realidade, precisamos, urgentemente, melhorar o pré-natal".

Um relatório do Ministério da Saúde sobre a morte dos bebês, preparado por duas neonatologistas enviadas ao Ceará, revela que as unidades de atendimento a recém-nascidos do hospital internam até três vezes mais bebês do que sua capacidade, de 36 crianças. O documento será entregue hoje ao ministro interino da Saúde, José Carlos Seixas.

As mortes decorrentes de infecção hospitalar podem ter sido causadas pela higienização inadequada das incubadoras, onde ficam os recém-nascidos de risco. O hospital não será fechado, porque comprometeria o atendimento em todo o estado.